

Amazônia

A Amazônia apresenta uma grande diversidade de ecossistemas, que vão desde a floresta densa aos campos naturais, passando por regiões de floresta aberta e de cerrados, além de áreas de agricultura - tanto em larga escala como de forma pequena e itinerante, pecuária e extrativismo. Em seu conjunto, a Amazônia é a maior reserva de biodiversidade do planeta e contém quase 10% da água doce disponível no mundo (Rebouças 1999 *in* MMA 2000c), além de ser depositária de valiosa fonte de serviços naturais e de um estoque genético que pode ser a origem de novos medicamentos e alimentos.

Embora seja o bioma mais bem conservado do país, o desmatamento e as queimadas são problemas constantes na Amazônia. A derrubada das florestas é consequência do avanço da fronteira agropecuária, principalmente nos estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará e Rondônia, e da atividade das empresas madeireiras. O corte raso para fins agropecuários na Amazônia sofreu grande incremento na década de 1980 pela adoção de políticas públicas equivocadas, como os incentivos fiscais aos programas de conversão de floresta em projetos agropecuários. Como resultado perdeu-se de 11 a 13% da cobertura vegetal somente naquela década (MMA 2000c).

É preocupante o crescimento da cultura de soja, sendo que a Amazônia legal já produz mais de 1/5 da soja do país, concentrada nos estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. O cultivo da soja tem crescido também no Amazonas, Roraima e Pará, avançando sobre as áreas desmatadas de floresta densa (MMA 2000c).

Nas décadas de 1960 e 1970 os Planos de Desenvolvimento da Amazônia foram direcionados para favorecer a implantação de grandes projetos de ocupação, contando com subsídios e incentivos fiscais e acesso facilitado à terra para grandes grupos privados. A concentração fundiária e o conflito no campo, a aceleração do desmatamento, a desorganização do espaço social e cultural das comunidades locais, desequilíbrios ecológicos causados pelas hidrelétricas, poluição por mercúrio, pauperização das cidades são algumas das consequências dessa política equivocada de desenvolvimento (MMA 2000c).

A pecuária extensiva e a extração madeireira vieram também no processo de ocupação da Amazônia, trazendo inúmeros problemas ambientais. A madeira extraída da floresta constitui o terceiro produto na pauta de exportações paraenses, com um montante de quase 350 milhões de dólares em 1995, mais de duas vezes o valor registrado em 1991. Da região amazônica extrai-se praticamente 80% da produção nacional de madeira em tora, que responde por 40% das exportações brasileiras de madeira. Em 1996 a região amazônica exportou 71.166 m³ de madeira serrada, gerando divisas da ordem de 447 milhões de dólares (MMA 2000a). A atividade madeireira é um importante fator antrópico que poderá afetar a composição e a distribuição das espécies na floresta Amazônica. A completa devastação verificada nos estados de Rondônia e Pará, especialmente na porção sul são um demonstrativo da necessidade de uma reorientação da ocupação do solo na região.

O governo brasileiro estabeleceu como meta reestruturar e criar eixos nacionais de transporte e desenvolvimento, cujo objetivo é incentivar a produção nacional e integrar interna e internacionalmente o Brasil, ampliando as fronteiras do desenvolvimento e gerando pólos de produção (Brito 2001). Rodovias, hidrovias, ferrovias, linhas de transmissão e gasoduto abrirão caminho para a indústria, pecuária e o comércio, que chegarão a lugares distantes. Esses eixos formarão corredores de transporte e produção, ligando a Amazônia brasileira aos mercados de outros países sul-americanos e encurtando, assim, o caminho das exportações para os mercados americano e europeu (Brito 2001). São preocupantes os impactos ambientais diretos e indiretos decorrentes da implantação desses projetos na Amazônia. Por exemplo, o asfaltamento das estradas reduzirá os custos de transporte de madeira e aumentará o alcance econômico da exploração madeireira. Do mesmo modo, os incentivos à agricultura de larga escala, como a soja, trarão modificações na geografia do uso do solo. A soja poderá ser plantada em áreas florestadas ou em áreas que hoje são pastagens, deslocando a pecuária para outras áreas florestadas (*in* Veríssimo *et al.* 2001).

Caatinga

A região da Caatinga compreende uma área aproximada de 735.000 Km², cerca de 11% do território nacional, incluindo parte dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Este bioma é dominado por um dos poucos tipos de vegetação cuja distribuição é totalmente restrita ao Brasil (Ferri, 1979). Essa vegetação constitui-se, especialmente, por espécies lenhosas e herbáceas, de pequeno porte, muitas dotadas de espinhos, sendo geralmente caducifólias, e por cactáceas e bromeliáceas. A densidade, frequência e dominância das espécies são determinadas pelas variações topográficas, tipo de solo e pluviosidade (Drumond *et al.*, 2000).

De modo geral, a biota da Caatinga tem sido descrita como pobre e com poucas espécies endêmicas e, portanto, de baixa prioridade para conservação. Estudos recentes mostram que esta análise está longe de ser verdadeira (*in* Drumond *et al.*, 2000). A região possui um considerável número de elementos endêmicos. Das 596 espécies arbóreas e arbustivas registradas, 180 são endêmicas (Drumond *et al.*, 2000). Várias novas espécies de animais e plantas endêmicas têm sido descritas recentemente, indicando um conhecimento zoológico e botânico bastante precário.

Aproximadamente 50% das terras na Caatinga são de origem sedimentar, ricas em águas subterrâneas. Os rios, em sua maioria, são intermitentes e o volume de água, em geral, é limitado, sendo insuficiente para a irrigação.

Assenta-se sobre esse bioma uma população estimada em mais de 25 milhões de habitantes, com grandes problemas estruturais quanto à sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos. Os constantes efeitos negativos do clima, como as secas periódicas, dificultam a manutenção e desenvolvimento desses sistemas de produção, levando à deterioração do solo, depleção da água, diminuição da biodiversidade e início do processo de desertificação (Drumond *et al.*, 2000).

A densidade demográfica dos municípios da Caatinga é, geralmente, bastante baixa. Nos estados do Maranhão, Minas Gerais e Piauí é tão baixa que essas áreas eram chamadas de “Vazio Demográfico” em passado recente. No Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Ser-

gipe a densidade é mais elevada. A Caatinga comporta a população mais pobre do Nordeste e uma das mais pobres do Brasil. Em apenas três municípios – as capitais Natal, Fortaleza e Teresina - a renda média *per capita* excede um salário mínimo, sendo, na grande maioria dos casos, inferior a meio salário mínimo (Sampaio & Mazza, 2000).

A região tem sido bastante modificada pelo homem. Os solos nordestinos estão sofrendo um processo intenso de desertificação devido a substituição da vegetação natural por cultura, principalmente por meio de queimadas (Garda 1996 *in* Casteleti *et al.*, 2000). O desmatamento e as culturas irrigadas estão levando à salinização dos solos, uma das ameaças mais graves da Caatinga. Em regiões como o vale do rio São Francisco, a irrigação sem o uso de técnica apropriada, agravado pelas características de solos rasos e intensa evaporação da água, provocada pelo forte calor, tornou a agricultura nessas áreas impraticável (www.wwf.org.br). Somente a presença da vegetação adaptada das Caatingas tem impedido a transformação do Nordeste brasileiro num imenso deserto (Garda 1996 *in* Drumond *et al.*, 2000).

Apesar das ameaças à sua integridade, menos de 1% da Caatinga está protegida por unidades de conservação de uso restrito (The Nature Conservancy & Associação Caatinga). Nos últimos 15 anos do século XX, aproximadamente 40.000 Km² de Caatinga se transformaram em deserto devido à interferência do homem sobre o meio ambiente. As siderúrgicas e olarias contribuem para esse processo pelo corte da vegetação nativa para a produção de lenha e carvão vegetal (www.wwf.org.br).

Não existem dados concretos quanto ao índice de perda da cobertura vegetal da Caatinga. Mapas gerados pelo Projeto Radambrasil (IGBE, 1993) mostram que a área coberta por atividades agrícolas no bioma era de 201.786 Km², o que correspondia a 27,5%. Uma simulação dos efeitos das estradas como eixos de alteração ambiental, considerando uma largura de sete quilômetros como área de impacto decorrente da estrada, resultou em uma área alterada de 131.044 Km². Combinando essas estimativas, a área total alterada pelo homem na região seria de 332.830 Km², ou seja, 45,3% do bioma. Este valor coloca a Caatinga como um dos ambientes mais modificados pelo homem no Brasil, sendo ultrapassado apenas pela Floresta Atlântica e Cerrado (Casteleti *et al.*, 2000).

Cerrado

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, ocupando cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, quase 25% do território brasileiro. Compreende um mosaico de tipos vegetacionais, incluindo as formações abertas do Brasil Central (campo limpo, campo-sujo, campo cerrado e campo rupestre) e as formações florestais características (vereda, mata de galeria, cerradão e mata mesofítica). Considerada a savana mais rica do mundo, estima-se que mais de 40% das espécies de plantas lenhosas e 50% das espécies de abelhas existentes nesse bioma sejam endêmicas (Conservation International do Brasil *et al.*, 1999). A diversidade de vertebrados também é considerável, ocorrendo aí 161 espécies de mamíferos, das quais 12% são endêmicas; 837 espécies de aves, 3% endêmicas; aproximadamente 120 répteis, 20% endêmicos; e 150 anfíbios, com 30% de endemismo. Isso totaliza 1.268 espécies de vertebrados, das quais 117 são endêmicas.

Destaca-se ainda o papel do Cerrado no equilíbrio climático. Segundo Assad & Assad (*in* MMA, 2000a), trabalhos conduzidos na Reserva Ecológica das Águas Emendadas no Distrito Federal constataram que o Cerrado *sensu stricto*, em função do balanço anual entre respiração e fotossíntese, absorve mais carbono do que emite. A capacidade de armazenamento de carbono vem a ser duas vezes maior do que na floresta amazônica.

Este bioma também foi alvo de uma ocupação intensa e descontrolada. Por ter sido considerado, durante muitos anos, pouco importante do ponto de vista biológico, grandes extensões de Cerrado foram alvo de projetos que visavam a expansão da fronteira agrícola e a produção de grãos para exportação sem se preocupar com os impactos ambientais decorrentes. Muitos destes projetos foram implantados por meio de incentivos governamentais. Entre essas iniciativas ressaltam-se dois programas: o Polocentro e o Prodecer, ambos desenvolvidos pelo governo federal. Seus objetivos eram incorporar a região do Cerrado à produção de grãos do país e aumentar a competitividade dos produtos agrícolas no mercado internacional (Pires, 1996 *in* MMA, 2000c).

Os principais danos ambientais decorrentes do modelo agrícola nos Cerrados podem ser relacionados aos seguintes fatores: erosão dos solos, comprometimento dos recursos hídricos devido à irrigação descontrolada e problemas consequentes do uso desmedido de fertilizantes químicos e agrotóxicos. A dependência crescente de insumos químicos e de irrigação pelas atividades agropecuárias constitui uma ameaça não só ao ecossistema como um todo, mas à própria continuidade das práticas agropecuárias, que vem esgotando os recursos naturais nos quais se apóiam.

É indiscutível que a consolidação das atividades agrícolas convencionais e a expansão da fronteira agrícola na região geraram divisas e renda para o país, mas trouxeram também implicações alarmantes para a integridade dos ecossistemas e dos recursos naturais renováveis, não existindo estimativas concretas sobre a percentagem já alterada do bioma.

Os projetos de irrigação para abastecer os empreendimentos agrícolas, embora pouco estudados, já demonstram impactos perceptíveis. De acordo com estudo do WWF (1995 *in* MMA, 2000c) estima-se que dez milhões de metros cúbicos de água da chuva deixam de alimentar as nascentes dos rios do Cerrado porque escorrem nas superfícies cultivadas.

Uma análise preliminar sobre a integridade da cobertura vegetal do Cerrado demonstrou que apenas a terça parte do bioma encontra-se pouco antropizada. Ao mesmo tempo em que se verifica uma mudança radical na paisagem, conclui-se que cerca de 70% da área do Cerrado não foi adequadamente estudada. Além disso, muito pouco é conhecido sobre os efeitos do desvio dos cursos d'água para projetos de irrigação e do uso de herbicidas e pesticidas sobre a fauna e flora local, especialmente sobre os organismos de pequeno porte (Conservation International do Brasil *et al.*, 1999). Estudos demonstram que 25% das áreas desmatadas nos Cerrados não têm nenhuma utilização econômica e que em 80% das pastagens verifica-se algum nível de degradação (*in* MMA, 2000c).

Mata Atlântica

A Mata Atlântica cobria originalmente mais de um milhão de quilômetros quadrados distribuídos ao longo da costa brasileira com algumas penetrações para o interior. Bastante diversificada do ponto de vista fitofisionômico e florístico, a Mata Atlântica abrangia a totalidade da Floresta Ombrófila Densa, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e as Florestas Estacionais Deciduais e Semideciduais com incursões para o interior de largura variável, englobando parte de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul (Câmara, 1991).

A grande extensão geográfica e diversidade de clima, solos e relevo proporcionam a existência de uma incomparável diversidade biológica. Dados apresentados por Myers *et al.* (2000) demonstram a alta riqueza da Mata Atlântica, onde ocorrem 20.000 espécies de plantas (27% do total de espécies do mundo), sendo 8.000 endêmicas. Esse bioma é o recordista mundial de diversidade de plantas lenhosas, com 458 espécies encontradas em um único hectare no sul da Bahia. A diversidade e o número de endemismos entre os vertebrados também é impressionante: 251 espécies de mamíferos com 160 endêmicas; 620 espécies de aves com 73 endêmicas; 200 répteis com 60 endêmicos e 280 anfíbios dos quais 253 são endêmicos (Mittermeier *et al.*, 1999). De acordo com esses números, 2,1% do total mundial de espécies desses quatro grupos de vertebrados só ocorrem na Mata Atlântica brasileira. E dois terços das espécies de primatas do mundo são endêmicas da Mata Atlântica.

Na área abrangida por esse bioma reside 70% da população brasileira e encontram-se as maiores cidades e os mais importantes pólos industriais do Brasil. A diversificada economia da região e as zonas industriais concentradas em torno das grandes cidades e dos eixos de desenvolvimento geram pressões sobre a biodiversidade à medida que requerem recursos naturais e energia para suprimento de suas atividades. Com uma taxa de crescimento populacional de 1,26% ao ano (tomada no período de 1991 a 1996) (MMA, 2000e), essa pressão não será facilmente reduzida.

O desenvolvimento agropecuário, juntamente com a mineração e a exploração imobiliária, aliado à falta de uma política específica de ocupação e uso do solo, resultaram na quase completa destruição desse bioma ao longo de toda a sua extensão. Dados recentes da Fundação SOS Mata Atlântica (1998) estimaram que apenas 8% da área original da Mata Atlântica ainda persiste em manchas isoladas. Em algumas regiões do Nordeste brasileiro, permanece menos de 1% da cobertura vegetal original.

O nível de devastação pode ser percebido pelo alto índice de espécies ameaçadas de extinção. No grupo das aves, 10% das espécies encontradas no bioma enquadram-se em alguma categoria de ameaça. No caso dos mamíferos o número de espécies ameaçadas chega a 15% (Conservation International do Brasil *et al.*, 2000). Não é à toa que todas as espécies da fauna brasileira consideradas extintas (duas aves, quatro borboletas, uma libélula e uma espécie de *Peripatus*) são da Mata Atlântica (Mittermeier *et al.*, 1999).

Apesar de fortemente alterada, a Mata Atlântica é ainda um dos ambientes mais ricos em biodiversidade do mundo. Comparada aos demais *hotspots*, ela ocupa a quarta posição no *ranking* das áreas mais ricas e mais ameaçadas, de acordo com o grau de endemismo de plantas e vertebrados, e percentagem de vegetação primária remanescente em relação à área original (Mittermeier *et al.*, 1999). Sua importância para a biodiversidade mundial e a ameaça que incide sobre os remanescentes de vegetação justificam a adoção de medidas urgentes para sua proteção.

Pantanal

O Pantanal é a maior planície inundável do mundo, e cobre uma extensão de 365.000 Km² incluindo o cinturão de planalto no entorno da planície. Oitenta por cento da área encontra-se em território brasileiro, e o restante estende-se para a Bolívia e o Paraguai. O ecossistema pantaneiro pode ser dividido em até dez sub-regiões com características que resultam de uma interação única dos fatores edáficos, hidrológicos e biogeográficos (Lourival *et al.*, 2000).

A diversidade faunística e florística do Pantanal é bastante rica, ocorrendo pelo menos 3.500 espécies de plantas, 264 de peixes, 652 de aves, 102 de mamíferos, 177 de répteis e 40 de anfíbios (Lourival *et al.*, 2000). A fauna é, em grande parte, derivada do Cerrado, com influências amazônicas. Um dos aspectos mais interessantes é a alta densidade de muitas espécies dos grandes vertebrados brasileiros, não encontrada em nenhum outro lugar do continente.

A grande biodiversidade do Pantanal está associada ao regime das inundações que mantém grandes áreas alagadas por períodos que variam entre 6 a 12 meses. Muitos vertebrados invadem a planície durante a estação seca para explorar a abundância de alimento depositada e/ou criada pelas enchentes. Animais migratórios chegam ao Pantanal durante a época das cheias para reprodução e procura de abrigo. O ciclo das inundações determina a disponibilidade de áreas secas e inundadas que, por sua vez, influencia a distribuição sazonal das diversas espécies. Com a dinâmica de subida e descida do nível das águas, espécies generalistas são favorecidas em detrimento daquelas muito especializadas. Isto possivelmente explica os baixos números de grupos endêmicos e indica a possibilidade da existência de uma grande quantidade de endemismo associada ao único habitat estável da planície: a água (Brown 1984 *in* Lourival *et al.*, 2000).

A região recebe aproximadamente 1.500 milímetros de chuva por ano, que provocam a alta sedimentação do Pantanal. A média da precipitação anual da planície alagável é normalmente entre 1.000 e 1.400 milímetros. Mais do que no planalto, a precipitação na planície varia durante o ano, causando um ciclo regular de secas e cheias, o que torna o Pantanal um ecossistema único (Lourival *et al.* 2000). As cheias anuais permitem que alguns habitats lóticos se misturem regularmente, enquanto certos microhabitats permanecem isolados por até 50 ou 100 anos e desenvolvem características distintas até que uma grande cheia os conecte ao restante do sistema. Nas últimas décadas o desmatamento nas cabeceiras tem causado um aumento significativo na sedimentação, o que resultou na diminuição da produtividade do solo e da pastagem, e no aumento da frequência e nível das enchentes (Lourival *et al.*, 2000).

Até 1993, apenas 2% do Mato Grosso do Sul era devotado à agricultura. Essa produção está concentrada na região de planalto, porém, um pouco de arroz (5.841 ha) é plantado no Pantanal. A produção de soja tem crescido constantemente (374.164 ha), e o café, palmito e pequi, entre outros produtos, também são cultivados. De longe, a atividade econômica mais expressiva da região é a pecuária, presente nesta área há séculos. A parte baixa do Mato Grosso do Sul comporta aproximadamente 9,8 milhões de cabeças de gado (dados de 1993) (Lourival *et al.*, 2000).

O frágil equilíbrio dos ecossistemas pantaneiros, definidos por dinâmicas de inundações periódicas, está sendo ameaçado pelas novas tendências de desenvolvimento econômico. Os modelos tradicionais de pesca e pecuária estão sendo rapidamente substituídos pela exploração intensiva, acompanhada de desmatamentos e alteração de áreas naturais (Conservation International do Brasil *et al.*, 1999). Ao mesmo tempo, muito pouco encontra-se oficialmente protegido, principalmente ao longo das planícies úmidas centrais. Mais recentemente, o Pantanal também tem enfrentado problemas concernentes, principalmente, a grandes projetos de ocupação, tais como instalação de hidrovias, abertura de estradas (MMA, 2000e), ou projetos de produção de soja em larga escala.

ANEXO - Espécies de animais ocorrentes no Brasil que têm comitês ou grupos de trabalho oficiais, programas governamentais de manejo e conservação *in situ*, ou planos interinstitucionais de manejo e conservação em zoológicos e criadouros. Não estão incluídas iniciativas não-governamentais isoladas, projetos de pesquisa de instituições científicas, e projetos de manejo com fins comerciais.

Nome	Nome Científico	Comitê ou Grupo de Trabalho	Programa de Conservação <i>in situ</i>	Programa de Manejo <i>ex-situ</i>
Répteis				
Jacaré-do-papo-amarelo	<i>Caiman latirostris</i>			X
Tartaruga-cabeçuda	<i>Caretta caretta</i>		X	
Tartaruga-de-couro	<i>Dermochelys coriacea</i>		X	
Tartaruga-de-pente	<i>Eretmochelys imbricata</i>		X	
Tartaruga-do-amazonas	<i>Podocnemis expansa</i>		X	X
Tartaruga-oliva	<i>Lepidochelys olivacea</i>		X	
Tartaruga-verde	<i>Chelonia mydas</i>		X	
Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>		X	
Aves				
Arara-azul	<i>Anadorhynchus hyacinthinus</i>			X
Arara-azul-de Lear	<i>Anadorhynchus leari</i>	X	X	X
Ararajuba	<i>Aratinga guarouba</i>			X
Ararinha-azul	<i>Cyanopsitta spixii</i>	X		X
Arribaçã. Amargosa	<i>Zenaida auriculata</i>	X	X	
Gavião-real, harpia	<i>Harpia harpyia</i>			X
Mutum-de-Alagoas	<i>Mitu mitu mitu</i>		X	X
Pagagaio-chauá	<i>Amazona rodochoryta</i>			X
Papagaio-charão	<i>Amazona pretrei</i>		X	
Papagaio-da-cara-roxa	<i>Amazona brasiliensis</i>		X	X
Tiriba, cara-suja	<i>Pyrrhura cruentata</i>			X
Mamíferos				
Ariranha	<i>Pteronura brasiliensis</i>	X		X
Baleia-azul	<i>Balaenoptera musculus</i>	X		
Baleia-bicuda-de-arnoux	<i>Berardius arnuxii</i>	X		
Baleia-bicuda-de-blainville	<i>Mesoplodon densirostris</i>	X		
Baleia-bicuda-de-cuvier	<i>Ziphius cavirostris</i>	X		
Baleia-bicuda-de-gray	<i>Mesoplodon grayi</i>	X		
Baleia-bicuda-de-hector	<i>Mesoplodon hectori</i>	X		

Nome	Nome Científico	Comitê ou Grupo de Trabalho	Programa de Conservação <i>in situ</i>	Programa de Manejo <i>ex-situ</i>
Baleia-fin	<i>Balaenoptera physalus</i>	X		
Baleia-franca-do-sul	<i>Eubalaena australis</i>	X		
Baleia-jubarte	<i>Megaptera novaeangliae</i>	X	X	
Baleia-minke	<i>Balaenoptera acutorostrata</i>	X		
Baleia-piloto-de-peitorais-curtas, caldeirão	<i>Globicephala macrorhynchus</i>	X		
Baleia-piloto-de-peitorais-longas, caldeirão	<i>Globicephala melas</i>	X		
Boto comum, tucuxi	<i>Sotalia fluviatilis</i>	X		
Boto, boto-vermelho, boto-amazônico	<i>Inia geoffrensis</i>	X		
Boto-de-burmeister, boto-de-dorsal-espinhosa	<i>Phocoena spinipinnis</i>	X		
Boto-gladiador, baleia-bicuda-de-cabeça-plana	<i>Hyperoodon planifrons</i>	X		
Cachalote	<i>Physeter macrocephalus</i>	X		
Cachalote-anão	<i>Kogia simus</i>	X		
Cachalote-pigmeu	<i>Kogia breviceps</i>	X		
Cachorro-do-mato	<i>Cerdocyon thous</i>	X		X
Cachorro-do-mato-de-orelha-curta	<i>Atelocynus microtis</i>	X		
Cachorro-do-mato-vinagre	<i>Speothos venaticus</i>	X		X
Cervo-do-Pantanal	<i>Blastoceros dichotomus</i>			X
Elefante-marinho-do-sul	<i>Mirounga leonina</i>	X		
Espadarte, baleia-de-bryde	<i>Balaenoptera edeni</i>	X		
Espadarte, baleia-sei	<i>Balaenoptera borealis</i>	X		
Falsa-orca	<i>Pseudorca crassidens</i>	X		
Foca-caranguejeira	<i>Lobodon carcinophagus</i>	X		
Foca-leopardo	<i>Hydrurga leptonyx</i>	X		
Gato-do-mato	<i>Leopardus trigrinus</i>	X		X
Gato-do-mato-grande	<i>Oncifelis geoffroyi</i>	X		
Gato-maracajá	<i>Leopardus wiedii</i>	X		
Gato-mourisco	<i>Herpailurus yagouondi</i>	X		
Gato-palheiro	<i>Oncifelis colocolo</i>	X		
Golfinho de Fraser	<i>Lagenodelphis hosei</i>	X		

Nome	Nome Científico	Comitê ou Grupo de Trabalho	Programa de Conservação <i>in situ</i>	Programa de Manejo <i>ex-situ</i>
Golfinho-cabeça-de-melão	<i>Peponocephala electra</i>	X		
Golfinho-climene	<i>Stenella clymene</i>	X		
Golfinho-comum	<i>Delphinus delphis</i>	X		
Golfinho-de-dentes-rugosos	<i>Steno bredanensis</i>	X		
Golfinho-de-óculos	<i>Australophocaena dioptrica</i>	X		
Golfinho-de-peron	<i>Lissodelphis peronii</i>	X		
Golfinho-de-risso, golfinho cinzento	<i>Grampus griseus</i>	X		
Golfinho-estriado	<i>Stenella coeruleoalba</i>	X		
Golfinho-nariz-de-garrata	<i>Tursiops truncatus</i>	X		
Golfinho-pintado-do-atlântico	<i>Stenella frontalis</i>	X		
Golfinho-pintado-pantropical	<i>Stenella attenuata</i>	X		
Golfinho-rotator	<i>Stenella longirostris</i>	X		
Jaguatirica	<i>Leopardus pardalis</i>	X		X
Leão-marinho-do-sul	<i>Otaria flavescens</i>	X	X	
Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	X		X
Lobo-marinho-antártico	<i>Arctocephalus gazella</i>	X		
Lobo-marinho-do-sul	<i>Arctocephalus australis</i>	X	X	
Lobo-marinho-subantártico	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	X	X	
Lontra	<i>Lutra longicaudis</i>	X	X	
Macaco-aranha	<i>Ateles</i> spp.			X
Macaco-prego-do-peito-amarelo	<i>Cebus xanthosternos</i>	X		X
Mico-de-Goeldi	<i>Callimico goeldii</i>			X
Mico-leão-da-cara-dourada	<i>Leontopithecus chrysomelas</i>	X		X
Mico-leão-da-cara-preta	<i>Leontopithecus caissara</i>	X	X	X
Mico-leão-dourado	<i>Leontopithecus rosalia</i>	X	X	X
Mico-leão-preto	<i>Leontopithecus chrysopygus</i>	X	X	X
Onça-parda	<i>Puma concolor</i>		X	X
Onça-pintada	<i>Panthera onca</i>		X	X
Orca	<i>Orcinus orca</i>	X		
Orca-anã	<i>Feresa attenuata</i>	X		
Peixe-boi-amazônico	<i>Trichechus inunguis</i>	X		

Nome	Nome Científico	Comitê ou Grupo de Trabalho	Programa de Conservação <i>in situ</i>	Programa de Manejo <i>ex-situ</i>
Peixe-boi-marinho	<i>Trichechus manatus</i>	X	X	
Raposinha	<i>Lycalopex vetulus</i>	X		
Sagüi, sauim	<i>Callithrix geoffroyi</i>			X
Sauim-de-coleira	<i>Saguinus bicolor</i>	X		
Tamanduá-bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>			X
Tamanduá-mirim	<i>Tamandua tetradactyla</i>			X
Toninha, boto-amarelo	<i>Pontoporia blainvillei</i>	X		
	TOTAL	69	24	30

Fontes: IBAMA / Sociedade Brasileira de Zoológicos / World Resources Institute